

**GABINETE DO PREFEITO**

---

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Altera a redação dos incisos I e II e acrescenta o inciso III ao artigo 15 da Lei Municipal nº 1.601, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim – BELO JARDIM PREV, para adequar as alíquotas de contribuição patronal e dos segurados à estrutura de segregação de massas e ao cálculo atuarial vigente.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 13, inciso I, e, de forma analógica, também nos artigos 47, 48 e 163 da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Belo Jardim o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Modifica-se a redação dos incisos I e II do artigo 15 da Lei Municipal nº 1.601, de 12 de agosto de 2004, acrescentando-se o inciso III ao mesmo artigo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“I – Para os Poderes do Município, suas autarquias e fundações vinculadas ao Fundo Financeiro, o percentual de 28% (vinte e oito por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados ativos a ele vinculados, podendo ser revisto para maior anualmente, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, embasado no cálculo atuarial anual e submetido a parecer do Conselho Deliberativo do Instituto, nos termos da Lei Federal nº 9.717/1998;

II – Para os Poderes do Município, suas autarquias e fundações vinculadas ao Fundo Previdenciário, o percentual de 14% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados ativos a ele vinculados, podendo ser revisto para maior anualmente, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, embasado no cálculo atuarial anual e submetido a parecer do Conselho Deliberativo do Instituto, nos termos da Lei Federal nº 9.717/1998;

III – Para os segurados ativos, o percentual de 14% (quatorze por

## **GABINETE DO PREFEITO**

---

cento) incidente sobre a remuneração mensal dos servidores; e para os aposentados e pensionistas, o percentual de 14% (quatorze por cento), na forma do §3º do artigo 14 desta Lei.”

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Jardim (PE), 17 de novembro de 2025.

GILVANDRO ESTRELA  
DE  
OLIVEIRA:15419703491

Assinado de forma digital  
por GILVANDRO ESTRELA  
DE OLIVEIRA:15419703491

**GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO**

**GABINETE DO PREFEITO**

---

**MENSAGEM EXPOSITIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Encaminho à elevada consideração dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei nº [REDACTED]/2025, que altera a redação dos incisos I e II e acrescenta o inciso III ao artigo 15 da Lei Municipal nº 1.601, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim – BELO JARDIM PREV, para adequar as alíquotas de contribuição patronal à estrutura de segregação de massas e ao cálculo atuarial atualmente vigente.

A proposta tem fundamento técnico e jurídico no artigo 40 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e na Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022, instrumentos que disciplinam o equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social. É de conhecimento notório que o Município de Belo Jardim, por meio de seu Instituto de Previdência, adota o regime de segregação de massas, estrutura que organiza o custeio e a cobertura previdenciária em dois fundos autônomos: o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro. Essa forma de gestão é amplamente reconhecida pela Secretaria de Previdência como mecanismo eficiente de governança, por permitir a distinção entre as obrigações pretéritas e as futuras, garantindo sustentabilidade e maior transparência ao sistema.

A legislação municipal em vigor, entretanto, ainda mantém uma redação unificada no tocante à alíquota patronal, não refletindo a distinção necessária entre os fundos que compõem a segregação de massas. Sob outro enfoque, a avaliação atuarial do Instituto indica a possibilidade de aprimoramento da estrutura de custeio, fixando-se percentuais diferenciados que melhor representam a natureza e as responsabilidades de cada fundo. Assim, propõe-se que o percentual de 28% (vinte e oito por cento) incida sobre as contribuições patronais destinadas ao Fundo Financeiro, e o percentual de 14% (quatorze por cento) incida sobre o Fundo Previdenciário, mantendo-se inalterada a contribuição dos segurados, que permanece em 14% (quatorze por cento), tanto para servidores ativos quanto para aposentados e pensionistas, na forma da legislação vigente.

Tal alteração não implica aumento de despesa nem modificação do plano de benefícios, constituindo-se em medida de aperfeiçoamento técnico e de atualização normativa, em consonância com as recomendações atuariais e com a legislação nacional aplicável. A possibilidade de distinção das alíquotas entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário surge, neste momento, como consequência natural da austeridade previdenciária que vem sendo praticada pelo Município de Belo Jardim, resultado direto das reformas implementadas em 2021, quando o Município promoveu a integral adequação de seu Regime Próprio à Emenda Constitucional nº 103/2019, reorganizou a política de custeio, saneou passivos e

## **GABINETE DO PREFEITO**

---

consolidou repasses regulares.

Esse cenário de estabilidade e disciplina financeira permitiu ao Instituto Belo Jardim Prev alcançar um patamar de maturidade técnica que viabiliza a redução responsável da alíquota patronal incidente sobre o Fundo Previdenciário, sem prejuízo do equilíbrio atuarial.

A distinção das alíquotas por fundo reforça a precisão e a transparência da gestão previdenciária, possibilita o controle contábil individualizado das receitas, fortalece a governança administrativa do Instituto e assegura maior fidedignidade na aferição do equilíbrio atuarial. Noutro norte, a medida demonstra a capacidade institucional do Município de aliar responsabilidade fiscal e sustentabilidade previdenciária, refletindo os resultados positivos obtidos com a reestruturação administrativa e a regularidade dos aportes devidos. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que consolida a maturidade do Belo Jardim Prev, harmonizando a legislação municipal às boas práticas previdenciárias e reafirmando o compromisso desta gestão com a boa governança pública e o tratamento rigorosamente responsável das contas previdenciárias.

Diante do exposto, submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores, confiando na compreensão desta Casa Legislativa acerca da relevância da matéria e de sua contribuição para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Município, bem como para a preservação do equilíbrio financeiro que assegura os direitos previdenciários dos servidores públicos municipais.

Renovo, assim, a Vossas Excelências, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Belo Jardim (PE), 10 de novembro de 2025.

**GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA**  
PREFEITO

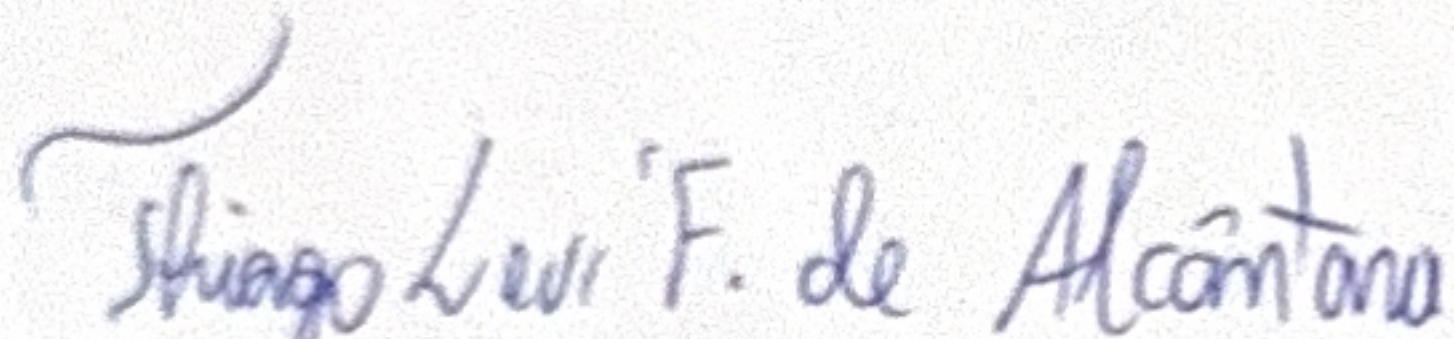


## ATA DA REUNIÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

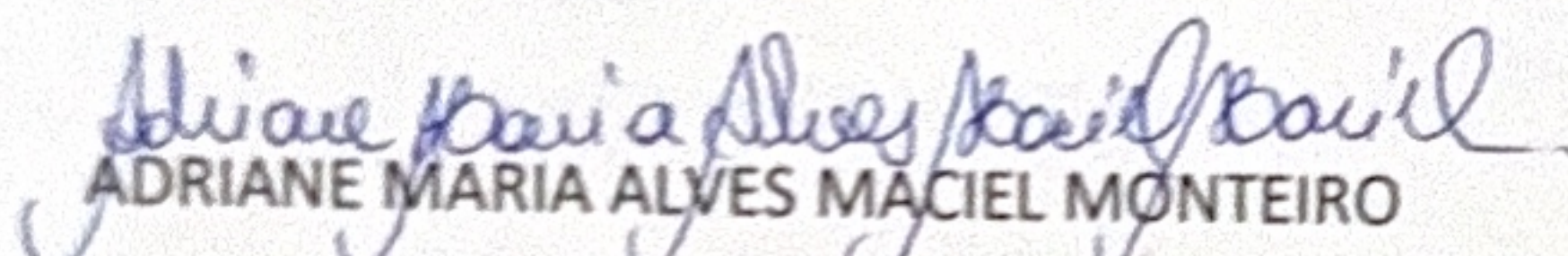
ATA Nº 001/2025	Data: 17/11/2025	Horário: 09H
Local de realização ou virtual: Reunião presencial na Sala de Reuniões do Belo Jardim-PE.		
<b>Membros Presentes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• THIAGO LEVÍ FERREIRA DE ALCANTARA</li><li>• JOAB OLIVEIRA FRANÇA</li><li>• ADRIANE MARIA ALVES MACIEL MONTEIRO</li><li>• SANDRA DOS SANTOS MOURA</li></ul>		
<b>Membros Ausentes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• JANAÍNE BEZERRA CALADO DE FARIAS</li><li>• MARIA DE LOURDES C. SOUZA</li></ul>		
<b>Convidados Presentes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dr. Eduardo Barros</li></ul>		
<b>Designação dos Membros:</b> <p>Conforme portaria de designação nº 838/2024</p>		
<b>Abertura da reunião e explanação do Projeto de Lei de Alteração de Alíquotas</b>		
<p>Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, se reuniram na sala de reuniões do Belo Jardim Prev, os membros do Conselho Administrativo. Estavam presentes os membros acima mencionados. O Presidente do Belo Jardim Prev começou dando as boas vindas, em seguida falou sobre o Projeto de Lei que " Altera a redação dos incisos I e II e acrescenta o inciso III ao artigo 15 da Lei Municipal nº 1.601, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim – BELO JARDIM PREV, para adequar as alíquotas de contribuição patronal e dos segurados à estrutura de segregação de massas ao cálculo atuarial vigente". Durante a reunião, foi esclarecido que a legislação municipal ainda mantém alíquota patronal unificada, sem refletir a existência dos dois fundos autônomos que compõem o regime segregado, o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário, cada qual com responsabilidades específicas no custeio do RPPS. Destacou-se, ainda, a evolução positiva dos indicadores previdenciários desde a reforma municipal implementada em 2021, que reorganizou o custeio, promoveu ajustes estruturais e consolidou práticas de governança responsáveis. Explicou-se que a redução da alíquota destinada ao Fundo Previdenciário somente se tornou possível porque o cálculo atuarial atual demonstra a solidez do fundo, resultado da maturidade alcançada após quase quatro anos de vigência das medidas de reforma. Assim, a distinção das alíquotas reflete não apenas exigência técnica do regime segregado, mas também a melhoria efetiva do equilíbrio do fundo previdenciário, permitindo a atualização normativa sem qualquer risco ao equilíbrio financeiro e atuarial. De outro lado, registrou-se que a modificação legislativa submetida a apreciação não modifica direitos, não altera o plano de benefícios e não acarreta aumento de despesa, constituindo tão somente adequação necessária à estrutura de custeio recomendada na recente avaliação atuarial. Após os esclarecimentos, e evidenciada a consignação da avaliação atuarial, os conselheiros reconheceram a pertinência da</p>		

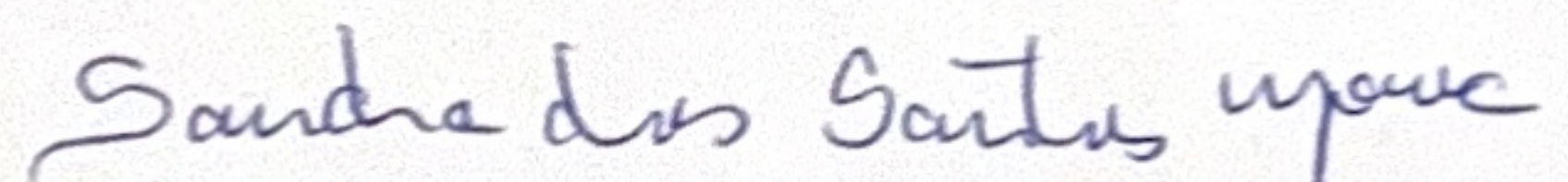


proposta e manifestaram concordância com o envio do Projeto ao Chefe do Poder Executivo para posterior apreciação pelo Poder Legislativo. Nada mais havendo a deliberar, o Presidente Sr. (THIAGO LEVÍ FERREIRA DE ALCANTARA), agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a presente reunião.

  
THIAGO LEVÍ FERREIRA DE ALCANTARA

  
JOAB OLIVEIRA FRANÇA

  
ADRIANE MARIA ALVES MACIEL MONTEIRO

  
SANDRA DOS SANTOS MOURA



**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12025/11/19000338

<b>Número / Ano</b>	000338/2025
<b>Data / Horário</b>	19/11/2025 - 11:36:36
<b>Ementa</b>	Altera a redação dos incisos I e II e acrescenta o inciso III ao artigo 15 da Lei Municipal no 1.601, de 12 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim – BELO JARDIM PREV, para adequar as alíquotas de contribuição patronal e dos segurados à estrutura de segregação de massas e ao cálculo atuarial vigente.
<b>Autor</b>	Poder Executivo Municipal - PMBJ
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinário
<b>Número Páginas</b>	4
<b>Emitido por</b>	alan